



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I, da IN 58/2022).

O fornecimento de energia elétrica durante as Eleições de 2026 não pode ser interrompido, em hipótese nenhuma, pois isto proporcionaria transtornos incalculáveis para o Pleito. Desta forma, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas -TRE/AL propõe a contratação de empresa especializada para locação, instalação, desinstalação e operação de 07 (sete) Grupos Geradores, conforme especificações técnicas e locais de instalação constantes do ANEXO ÚNICO do Termo de Referência, para atender aos equipamentos de informática e demais equipamentos elétricos, tais como ventiladores, bebedouros, frigobares, condicionadores de ar, elevador etc., da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, das 5 (cinco) juntas de apuração descentralizadas do Fórum Eleitoral de Maceió-FEM e a Votação Paralela, no período de 03/10/2026 a 05/10/2026, em 1º turno, e no período de 24/10/2026 a 26/10/2026, em 2º turno, se houver.

2 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21), bem como com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade (Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

A PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 218/2025 TRE-AL/PRE/GPRES - Dispõe sobre o Plano de Contratações Anual (PCA) do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas para o exercício de 2026. No seu item 043 de Pleitos - NECESSIDADE DE LOCAÇÃO DE GERADORES PARA USO DURANTE O PLEITO ELEITORAL - Estimativa do 1º Turno e 2º Turno: R\$ 70.000,00.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021), bem como a previsão de critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, inclusive com a observância dos padrões mínimos de qualidade e desempenho (Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

Contratação de empresa especializada para locação, instalação, desinstalação e operação de 07 (sete) Grupos Geradores, conforme especificações técnicas e locais de instalação constantes do ANEXO ÚNICO do Termo de Referência, para atender aos equipamentos de informática e demais equipamentos elétricos, tais como ventiladores, bebedouros, frigobares, condicionadores de ar, elevador etc., da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, das 5 (cinco) juntas de apuração descentralizadas e a Votação Paralela, no período de 03/10/2026 a

05/10/2026, em 1º turno, e no período de 24/10/2026 a 26/10/2026, em 2º turno, se houver. Proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento das ações dos Pleitos Eleitorais de 2026, sem a interrupção no fornecimento de energia elétrica, imprescindível para a continuidade e desenvolvimento das atividades das eleições .

Para **os critérios de sustentabilidade**, esta setorial entende que o combustível a ser utilizado no gerador deve ser preferencialmente o DIESEL S10, ao invés do DIESEL S500, pois o diesel comum (S500) apresenta 500 partes de enxofre por milhão, e o diesel S10 conta com 10 partes da mesma substância, proporcionando uma redução significativa de emissão deste poluente, a majoração destes critérios proporcionariam uma restrição de competição, indo de encontro ao principal princípio do procedimento licitatório que é a busca da solução mais vantajosa para a Administração.

4 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

A estimativa das quantidades desta contratação foi consolidada, com base no histórico de contratação anteriores, ou seja, de Eleições passadas, a exemplo das Eleições de 2024 (P.A. nº 0008090-87.2023.6.02.8000 - 1453801), Eleições de 2022 (P.A. nº 0006495-24.2021.6.02.8000 - 1017892) e nas Eleições de 2020 (P.A. nº 0006495-24.2021.6.02.8000 - 1017892). Além disso, teve uma decisão da **COMISSÃO PERMANENTE DE PLANEJAMENTO DE ELEIÇÕES (CPPE) - TRE-AL** - (1476785).

ANEXO ÚNICO

1. Edifício-Sede:

Localização: Av. Aristeu de Andrade, nº 377, Farol, Maceió/AL.

Especificações técnicas:

Trifásico / 4Polos / 60Hz de Frequência.

Potência Nominal mínima: 150 kVA.

Tipo: AC, Auto Regulado.

Acionamento: Monobloco c/ Luva Elástica.

Tensão de Saída: 220/380V.

Regulador de Voltagem: AVR.

Motor à Diesel.

Tipo: 6 Cilindros, Refrigerado à água.

Partida: Manual e/ou Elétrica/ automática.

Autonomia: 8 (oito) horas.

Sensor de pressão do óleo.

Sensor de temperatura da água.

Carregador de Bateria: 12V/8,3 A.

2. Fórum Eleitoral de Maceió: 5 (cinco) juntas de apuração (1ª Z.E.; 2ª Z.E., 3ª Z.E., 33ª Z.E e 54ª Z.E.).

Localização: A SER decidido pelo Juiz Eleitoral responsável pela zona eleitoral correspondente.

Especificações técnicas:

Trifásico / 4Polos / 60Hz de Frequência.

Potência Nominal mínima: 150 kVA.

Tipo: AC, Auto Regulado.

Acionamento: Monobloco c/ Luva Elástica.

Tensão de Saída: 220/380V.

Regulador de Voltagem: AVR.

Motor à Diesel.

Tipo: 6 Cilindros, Refrigerado à água.

Partida: Manual e/ou Elétrica/ automática.

Autonomia: 8 (oito) horas.

Sensor de pressão do óleo.

Sensor de temperatura da água.

Carregador de Bateria: 12V/8,3A.

3. Votação Paralela.

Localização: A SER decidido pela comissão da CPPE.

Especificações técnicas:

Trifásico / 4Polos / 60Hz de Frequência.

Potência Nominal mínima: 150 kVA.

Tipo: AC, Auto Regulado.

Acionamento: Monobloco c/ Luva Elástica.

Tensão de Saída: 220/380V.

Regulador de Voltagem: AVR.

Motor à Diesel.

Tipo: 6 Cilindros, Refrigerado à água.

Partida: Manual e/ou Elétrica/ automática.

Autonomia: 8 (oito) horas.

Sensor de pressão do óleo.

Sensor de temperatura da água.

Carregador de Bateria: 12V/8,3A.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021), podendo, entre outras opções (Art. 9º, inciso III da IN 58/2022):

- a) serem consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
- b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;
- c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, serem avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e
- d) serem consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.

Esta contratação segue o modelo das contratações efetuadas pelos outros Tribunais Regionais Eleitorais, de forma a sanear os problemas da interrupção no fornecimento de energia elétrica, por intermédio da contratação de empresa especializada para locação, instalação, desinstalação e operação de Grupos Geradores, *para as Eleições de 2026. E a contratação por pregão proporciona a aquisição mais vantajosa pela Administração, inclusive com o estabelecimento de logísticas menos onerosas.*

Após a verificação da real necessidade de contratação foi realizado o levantamento das soluções existentes no mercado (público e privado) que atendam aos requisitos estabelecidos pela

equipe de planejamento. As pesquisas realizadas dizem respeito a:

a) especificações gerais: especificação dos equipamentos apurados em pesquisa junto ao mercado (internet, fornecedores, catálogos, comprasnet etc), assim como em compras feitas em outros órgãos da Administração Pública, de maneira a buscar soluções e alcançar os resultados pretendidos;

b) aquisições anteriores: as características das contratações anteriores são avaliadas a cada eleição e, a partir dessa análise, são definidos os modelos que mais se alinham com as atividades realizadas pelo TRE-AL em conjunto com o que o mercado oferece;

c) marcas: as marcas dos equipamentos entregues em anos foram avaliadas, visto que elas fornecem parâmetros de qualidade e desempenho verificados no decorrer de seu uso, o que possibilita informar no termo de referência marcas referenciadas aos pretensos licitantes.

6 - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

Com a finalidade de informar os valores estimados da contratação e a compatibilização com a ordem de grandeza dos recursos orçamentários alocados, a setorial procedeu a atualização da Nota de Empenho das Eleições 2024 (1567073) corrigida pelo IPCA dos anos de 2025 (4,26%) e a expectativa de 2026 (4,10%), que totaliza um reajuste de 8,36%. O valor para os 7 geradores atualizado fica no valor de (R\$ 31.500,00 NE469/2024 das Eleições de 2024 * 1,0836 reajuste do IPCA 2025 + expectativa de 2026) = R\$ 34.133,40 para as 7 (sete) unidades por turno das eleições, para a circunstância atual.

Ressalte-se que os preços anotados são tão somente referenciais e buscam apresentar o estudo inicial da provável dimensão do impacto orçamentário, fornecendo sólidos subsídios para avaliação da viabilidade das contratações, pois o preço de referência da contratação será definido pela setorial competente, no âmbito do TRE-AL, a Seção de Instrução de Contratações-SEIC.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

A contratação dos grupos geradores objetos desta contratação visa sanear os problemas da interrupção no fornecimento de energia elétrica, por intermédio da contratação de empresa especializada para locação, instalação, desinstalação e operação de Grupos Geradores, *para as Eleições de 2026, garantindo a continuidade do fornecimento de energia* elétricas aos prédios, que desenvolverão as principais atividades eleitorais (apuração e fiscalização das urnas) durante as Eleições de 2026.

Por se tratar de equipamentos essenciais ao bom funcionamento da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, das 5 (cinco) juntas de apuração descentralizadas do FEM e a Votação Paralela, caso a contratação não seja efetivada, poderá ocorrer situações de interrupção do fornecimento de energia elétrica proporcionando atrasos na finalização do processo de transmissão e totalização dos votos para o TSE das Eleições 2026.

Registra-se que a presente contratação está alinhada ao plano de contratação do TRE-AL ([\(Plano-de-Contratacoes-Anual-2026.pdf\)](#)) cujo planejamento previu a necessidade de contratação desses itens o que afasta a necessidade de utilização de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

As quantidades estimadas pelo TRE-AL basearam-se no histórico de consumo para os itens/serviços a serem adquiridos, conforme levantamento realizado nas eleições anteriores, além de atender a decisão da Comissão Permanente de Planejamento de Eleições-CPPE (1476785).

O processo de gestão/fiscalização ficará a cargo da Seção de Engenharia e Arquitetura-SEEA e todos os equipamentos deverão ser entregues/instalados nos endereços a serem definidos pela Administração, porém todos serão na cidade de Maceió-AL.

Para o perfeito conhecimento do objeto licitado, as proponentes interessadas na prestação dos serviços contidos no Termo de Referência poderão vistoriar as instalações do

Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, localizada na Av. Aristeu de Andrade, nº 377, Farol, Maceió/AL (Edifício-Sede) e na Av. Fernandes Lima, n.º 3487, Farol, Maceió/AL (Fórum Eleitoral de Maceió - FEM), de forma a inteirar-se das condições físicas existentes. Este procedimento facilitará a elaboração da proposta de preços, que deverá, obrigatoriamente, vincular-se às regras determinadas neste instrumento.

A vistoria prévia poderá ser realizada de segunda a quinta-feira, de 13h30m às 17h, e sexta-feira, das 08h às 12h, com agendamento prévio de 24 (vinte e quatro) horas, por intermédio do telefone (82) 2122-7652, junto à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-AL. Esta **vistoria técnica não é requisito de habilitação da empresa**, porém, não serão aceitas reclamações posteriores com alegações de desconhecimento das condições ou dificuldades quanto à realização dos serviços listados no Termo de Referência.

O horário em que o Grupo Gerador deve estar apto a operar no 1º e 2º turnos deverá ser o abaixo especificado: a) Sábado: 7h às 19h; b) Domingo: 7h até as 7h do dia seguinte (segunda-feira).

Estima-se, para fins projeção e elaboração de proposta de preços, o efetivo uso do equipamento por 5 horas, em cada turno.

A CONTRATADA deverá cumprir a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI) e executem os testes necessários e definidos na legislação pertinente. A fiscalização do TRE-AL poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da empresa.

A CONTRATADA será responsabilizada pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança determinadas pelo TRE-AL.

A Contratada deverá disponibilizar operadores, um para cada local mencionado no Anexo Único, exclusivamente, no horário de 7 horas do dia 04/10/2026, até as 7 horas do dia seguinte ao Pleito 2026, dia 05/10/2026, em 1º turno, e na ocorrência de 2º turno, das 7 horas do dia 25/10/2026 até as 7 horas do dia seguinte, dia 26/10/2026, podendo o operador contratado ser liberado antes do horário previsto no presente item, considerando o término dos trabalhos do Pleito.

O combustível será fornecido pela Contratada pelo tempo que for necessário, para a finalização das atividades das Eleições 2026.

8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: justificativas para o parcelamento ou não da solução (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

O objeto deverá ser parcelado, por item, por ser técnica e economicamente viável, favorecendo assim a competitividade no certame.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

A Administração busca a qualidade na contratação, de modo a atender as necessidades na efetivação de suas atividades, com o melhor preço e com disponibilidade dos equipamentos de acordo com as suas demandas. Além disso, procura manter as condições ideais de contratação, a fim de evitar ocorrências e morosidade que possam gerar prejuízos aos serviços prestados, através de clareza na descrição minuciosa de cada equipamento descrito no quantitativo e na definição do modo de contratação mais adequado a cada objeto.

Fator importante nesse processo é a sustentabilidade como de fundamental importância, no sentido de redução dos poluentes durante o uso dos equipamentos pela instituição, nas especificações sustentáveis e na medida em que cria condições favoráveis a sua utilização adequada, programada e equilibrada.

10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21), inclusive com a observância de adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, devendo-se atentar para a necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, bem como para a capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

Não aplicável, pois os locais de instalações serão disponibilizados, com as devidas autorizações para as instalações dos equipamentos conforme o Termo de Referência. A gestão e a fiscalização ficarão a cargo da Seção de Engenharia e Arquitetura-SEEA, após a devida designação por meio de Portaria da Presidência do TRE-AL.

11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2020).

Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para o objeto em estudo.

12 - IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

A contratação não é geradora de impacto ambiental significativo, visto que, os equipamentos serão abastecidos preferencialmente com o DIESEL S10, ao invés do DIESEL S500, pois o diesel comum (S500) apresenta 500 partes de enxofre por milhão, e o diesel S10 conta com 10 partes da mesma substância, proporcionando uma redução significativa de emissão deste poluente, não há alto consumo de água, nem lançamento de esgoto sanitário, descarte de resíduos perigosos, não recicláveis ou orgânicos, poluição sonora etc., de sorte que os presentes Estudos Técnicos Preliminares observam as orientações e normas voltadas à sustentabilidade ambiental, inclusive quanto ao descarte do material.

Para esta contratação, consideramos opções disponíveis no mercado com materiais mais sustentáveis, menor consumo de recursos e matérias primas, ausência ou menor índice de componentes tóxicos ou danosos ao meio ambiente.

A busca pela sustentabilidade está com seu foco principal na redução dos materiais na instituição para otimização na sua utilização, sem desperdícios, sem sobras, sem estoques desnecessários, visto que a introdução de conceitos como o da sustentabilidade na Administração Pública tem mudado as políticas de gestão das organizações, no sentido de adotarem práticas crescentes de responsabilidade em relação às questões ambientais.

Um dos atributos de valor da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (2021-2026) previsto na Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020, refere-se à prática da sustentabilidade. A Estratégia Nacional também estabeleceu como um dos Processos Internos para o Poder Judiciário a promoção da sustentabilidade, observando-se, para tanto, o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Importante ressaltar que o termo de referência exigirá o cumprimento pela contratada das disposições contidas na Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Poderão ser adotados boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, menos poluição, tais como:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e poluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de

redução de desperdícios/poluição;

- Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativo SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

13 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

Há viabilidade na presente contratação, posto que os procedimentos encontram-se alinhados ao Plano Anual de Contratações do TRE-AL, e visam proporcionar *o funcionamento dos equipamentos que dependem de energia elétrica, por ocasião da realização das Eleições de 2026, prevenindo qualquer ocorrência de falta de fornecimento de energia que venha a interferir na finalização das Eleições de 2026.*

Importante ressaltar que o Termo de Referência exigirá o cumprimento pela CONTRATADA, no que couber, das disposições contidas na Instrução Normativa do MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANDRÉ MELO TEIXEIRA, Chefe de Seção**, em 30/03/2026, às 16:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-al.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1895489** e o código CRC **2A11BAE4**.